



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIV — Nº 047

QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1979

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 77ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE MAIO DE 1979

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Apuração da morte do Juiz Zalkind Piatigorsky, ocorrida em via pública na cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista a omissão de atendimento médico imediato.

DEPUTADO LÁZARO DE CARVALHO — Considerações relativas à má qualidade dos serviços e do atendimento prestado pela TELERJ aos seus usuários.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Offícios

Da Liderança da ARENA no Senado e na Câmara dos Deputados, de substituição de membros em Comissão Mista.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Proposta de Emenda à Constituição nº 31/78, que altera a redação do § 4º e acrescenta o § 6º ao art. 18 e o § 3º ao art. 25; e altera a redação do art. 26 da Constituição. **Discussão encerrada**, em primeiro turno, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

— Proposta de Emenda à Constituição nº 32/78, que altera a redação do art. 205 da Constituição. **Discussão encerrada**, em primeiro turno, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 78ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE MAIO DE 1979

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JOÃO MENEZES — Protesto contra descaso praticado contra a Região Amazônica.

DEPUTADO JOÃO CUNHA — Considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 25/78, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Carta do Sr. Jânio Quadros, datada de 1968, dirigida ao escultor Raul Riberti, em agradecimento ao presente de uma escultura dele recebida.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Offícios

Das Lideranças da ARENA e do MDB, de substituições de membros em Comissão Mista.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 25/78, que cancela dispositivos e acrescenta expressão aos arts. 43, 57 e 44, respectivamente, da Constituição Federal. **Votação adiada**, por falta de *quorum*, após usarem da palavra os Srs. Freitas Nobre, Ernani Sátyro, Nelson Carneiro, Del Bosco Amaral, Edison Khair e Nelson Marchezan.

2.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00

Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 77ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE MAIO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GASTÃO MÜLLER

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guiomard — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvidio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amilcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nélio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Péricles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bías Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Darío Tavares — ARENA; Delson Sacarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gióia Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iram Saraiva — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Leite Schmidt — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Gears — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebíades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 415 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Quando leio nos noticiários dos jornais a constrangedora estatística da criminalidade na região do Grande Rio, a mais aviltante calamidade imposta às laboriosas comunidades fluminenses, é com profunda melancolia que constato uma grande verdade: Nos últimos anos somente se cuidou da segurança nacional, deixando em segundo plano a segurança pública. O medo do crime e a insegurança são constantes fixas nas populações metropolitanas especialmente no Grande Rio.

Ainda: O governante brasileiro, acostumado ao autoritarismo estatal, resiste sempre, no campo da segurança pública, às inovações da política criminal, que é a arte de conter a criminalidade, observando-se que os três sistemas de controle social — política, justiça e prisões — têm suas regras fundamentais repousando na estabilidade social.

Sr. Presidente, eis a constrangedora realidade. Milhões de homens, mulheres, inclusive crianças, mortos pela violência, vivos por milagre ou sorte, ameaçados pelo mais pavoroso medo do conturbado cotidiano, clamam por medidas objetivas, em defesa da vida e do patrimônio do cidadão, sem que até agora os órgãos governamentais de segurança atentem para esse prolongado clamor público.

Sr. Presidente, paralelamente à segurança pública, os órgãos governamentais devem oferecer às laboriosas populações uma eficiente prestação de serviços de assistência médico-cirúrgico-hospitalar-farmacêutica. Mas, infelizmente, permanece em evidência a inação governamental que caracterizou a administração do Almirante Faria Lima, que prescindiu do apoio da classe política e da coletividade fluminense, apesar do esforço do Governador Chagas Freitas em dinamizar as atividades de suas secretarias, especialmente a de Saúde, firmando convênios com órgãos do Governo Federal, visando aprimorar os serviços da rede hospitalar do Estado e dos municípios fluminenses.

A morte de um magistrado na via pública por falta de socorro médico está a exigir enérgicas providências das autoridades competentes, como satisfação à opinião pública, revoltada com o infausto acontecimento, como bem atesta o noticiário da Imprensa carioca que passo a ler para que integre este pronunciamento:

“O titular da 11ª Vara Cível Zalkind Piatigorsky, de 44 anos, morreu de aneurisma cerebral após agonizar quase 40 minutos na calçada da Rua Alice em frente ao número 81, nas Laranjeiras, sem que nenhum médico o socorresse. Seu corpo, velado na capela israelita da Rua Barão de Guatemi, na Praça da Bandeira, foi sepultado às 10 horas de ontem no Cemitério de Vila Rosali, em São João de Meriti.

O juiz sentiu-se mal quando tentava, junto com um motorista de táxi, trocar o pneu de seu carro — um Dodge ZS-5296 — estacionado na Rua Alice, perto da Sociedade Cultural e Recreativa Hebraica, que costumava frequentar com a mulher, Carmem Lúcia, e os quatro filhos: Rubin, de 10 anos, Felipe, (9), Márcia (7) e João Paulo (6).

Ao perceber o sofrimento do homem caído no chão, um funcionário da Paver Comunicação, Mário Dias, correu até o Hospital de Cardiologia do INAMPS, que fica na Rua das Laranjeiras nº 374, mas o porteiro lhe informou: “Não poderia fazer nada, só falando com a direção”. Ele contou que na ocasião passou um médico na portaria e, para não perder tempo, explicou a situação de emergência. O médico interrompeu sua explicação: Infelizmente, casos assim não podemos atender”.

Outro que pediu socorro para o juiz foi o promotor público da 9ª Vara de Família Carlos Alberto Torres de Mello, tão logo soube por um vizinho que havia uma pessoa passando mal na rua.

O promotor Carlos Alberto, triste com a morte do amigo, confessou que o que mais lhe doeu foi saber que o hospital dispunha de duas ambulâncias, que não foram usadas a tempo. Mário Dias explicou que pouco antes, ao verificar que o hospital não tomaria providências, apressou-se em telefonar para o Hospital Rocha Maia, mas de lá lhe responderam que nada poderia ser feito porque os médicos bolsistas estavam em greve. Um amigo seu, de sobrenome Martins, ficou então à espera de uma patrulhinha na Rua das Laranjeiras: foi por meio dos guardas que ele conseguiu a ambulância do Souza Aguiar.

O que me deu raiva foi a demora no atendimento — disse o promotor. — Mas parece que este é um país do "sabe com quem está falando"? Não sou médico, mas tenho a impressão de que não dava para fazer mais nada. Quando vi o Dr. Zalkind ele já estava agonizando, nas últimas. O que me deixou aborrecido foi o fato de ele morrer sem qualquer atendimento."

Tudo isso devidamente considerado, impõe-se-me o dever de apelar para o Ministro da Previdência Social e Governador do Estado do Rio, a fim de que determinem as medidas cabíveis tendentes a rigorosa apuração do doloroso evento, com a punição dos responsáveis.

Sr. Presidente, gostaria, também, aproveitando a oportunidade, de usar da palavra para lembrar a V. Exª que não foi distribuído o avulso nem o parecer referentes à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, que está na pauta para discussão e votação. Só temos em mãos o parecer e avulso referentes à Proposta de nº 31. Pediria a V. Exª que determinasse providências porque não é possível ser votada uma matéria da qual os Parlamentares não tomaram conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — A Presidência toma conhecimento e tomará as necessárias medidas.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Lázaro de Carvalho.

O SR. LÁZARO DE CARVALHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Sr. Ministro das Comunicações, Haroldo de Mattos, esteve reunido a semana passada, durante mais de três horas, com o Sr. Presidente da TELEBRÁS, General José Antonio de Alencastro e Silva e o Presidente da TELERJ, Sr. Nelson Souto Jorge de Mattos, na sede desta, no Rio de Janeiro, para examinar os problemas da empresa, que, segundo o Ministro, das 22 existentes no País, "é a que menos cresceu e a que está em pior situação".

Vimos, há muito tempo reclamando dessa empresa os péssimos serviços que presta à população fluminense, e o mais grave, Sr. Presidente, são as contas fantasmas que apresenta aos seus usuários, cobrando tarifas absurdas, por chamadas telefônicas imaginárias, sob a alegação de "impulsos excedentes," numa verdadeira extorsão, pode-se dizer mesmo um assalto à bolsa e à inteligência do assinante, escudada que está a TELERJ num manto de completa impunidade, levando com isto a população às raias do desespero.

Afirmou o Sr. Ministro, após a reunião, que "os problemas são de natureza muito séria, sendo que o da rede telefônica do Rio é extremamente grave". Disse ainda o Sr. Ministro que vai pedir tratamento especial para a TELERJ à Secretaria de Planejamento da Presidência, que está examinando a liberalização de recursos destinados à prioridade do programa da empresa para este ano, que é melhorar o serviço de manutenção das redes, pressurizar os cabos telefônicos e atender os carnês quitados do plano de expansão 73/74.

Vejam, Srs. Congressistas, a que ponto chegou a situação da TELERJ, e se não houver realmente o interesse do Sr. Ministro, as consequências serão catastróficas e imprevisíveis, e o grande sacrificado, como sempre, é o povo, que já não sabe mais a quem apelar.

Na mesma oportunidade, o Sr. Nelson Souto Jorge de Mattos, Presidente da TELERJ, declarou à Imprensa que existem no Rio cinquenta e sete mil carnês do plano de expansão, sendo que destes, cinco mil estão quitados e serão atendidos até o final de 1981, afirmando ainda que a pressurização dos cabos exigem recursos muito elevados e que o orçamento para este serviço é de Cr\$ 130 milhões, e que a empresa só dispõe de 80%, precisando conseguir mais Cr\$ 50 milhões para agilizar o serviço, com o que a companhia estará prestando um serviço razoável.

Sr. Presidente, a TELERJ quando anuncia a venda dos carnês de seus planos de expansão, — e tem sido vários — o faz com grande estardalhaço, com promessas verdadeiramente mirabolantes, iludin-

do a opinião pública, engodando o povo, enganando a população e induzindo-a a aplicar parte de sua parca economia num verdadeiro "conto do vigário", o que constitui um ilícito penal, porque está vendendo uma coisa que não tem e não sabe quando terá.

É um autêntico assalto à economia popular e urge uma imediata providência do Governo e esperamos que o Sr. Ministro das Comunicações esteja mesmo interessado no problema.

Tanto é grave a situação, Srs. Congressistas, que o próprio Sr. Ministro Haroldo de Mattos afirma, textualmente "o público merece respeito e deve ser tratado bem"; é verdade, Sr. Ministro, o povo merece respeito, chega de engodo, de falcatruas, de roubo e de impunidades.

Não é só não cumprir o plano de expansão, não é só a má qualidade dos serviços e do atendimento, é também se proceder a uma fiscalização severa nessas contas telefônicas, que cobram "chamadas fantasmas", tarifas inventadas e inexistentes, e daí se explicar em parte, Sr. Presidente, o crescimento do orçamento deste ano em relação ao do ano passado em torno de 35,3%, assim o orçamento tem mesmo de crescer, cobrando o que a empresa quer e inventa, numa manipulação eletrônica e de números de fazer inveja aos melhores "Al Capones" de qualquer parte do mundo, sabendo-se que a companhia cobra tarifas de usuários que nem sequer têm seus aparelhos instalados.

Mas o caso dos "impulsos excedentes", Sr. Presidente, esse tem que ser visto, corrigido, isto tem que acabar, pondo-se cobro a esse verdadeiro assalto à economia e à dignidade do povo.

Esperamos e contamos Sr. Ministro Haroldo de Mattos com a sua enérgica e patriótica atuação, pois que o "caso TELERJ" é realmente um pesadelo para o povo do meu Estado, e não bastasse a insegurança individual pela onda de assaltos, as tarifas telefônicas no Estado do Rio de Janeiro constituem uma nova forma de assalto, assalto à bolsa do povo, levando-lhe a intranquilidade e até ao desespero.

É o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1978, que cancela disposições e acrescenta expressão aos artigos 43, 57 e 44, respectivamente, da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidas as seguintes

Brasília, 16 de maio de 1979

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Sr. Senador Lomanto Júnior, pelo nobre Sr. Senador Aderbal Jurema, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre as propostas de Emenda à Constituição de nºs 2, 6 e 18/79, que "alteram o § 1º do artigo 17; o item III do artigo 42, suprimindo-se o item V do mesmo artigo e renumerando-se os seus itens seguintes, da Constituição Federal".

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — **Saldanha Derzi**, Vice-Líder no exercício da Liderança.

Brasília, 16 de maio de 1979

OFÍCIO Nº 115/79

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência o Senhor Deputado Francisco de Castro para integrar, em substituição ao Senhor Deputado Rogério Rego, a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1979, que "altera o § 1º do art. 17; o item III do art. 42, suprimindo-se o item V do mesmo artigo e renumerando-se os seus itens seguintes, da Constituição Federal".

Aproveito para renovar os protestos de estima e elevado apreço.
— Deputado Nelson Marchezan, Líder da ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Passa-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1978, que altera a redação do parágrafo 4º e acrescenta o parágrafo 6º ao artigo 18 e o parágrafo 3º ao artigo 25; e altera a redação do artigo 26 da Constituição da República Federativa do Brasil, tendo

PARECER, sob nº 29, de 1979-CN, da Comissão Mista, contrário.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra, vou encerrar a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

A proposta de emenda à Constituição exige "quorum" qualificado para a deliberação. Sendo evidente a falta de número, em plenário, a Presidência deixa de proceder à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Item 2:

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 1978, que altera a redação do artigo 205 da Constituição, tendo

PARECER, sob nº 37, de 1979-CN, da Comissão Mista, contrário.

Em discussão. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Congressistas solicitando a palavra, declaro encerrada a discussão.

A matéria exige "quorum" qualificado para sua deliberação. Persistindo a falta de número, em plenário, a Presidência deixa de proceder à votação da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Gastão Müller) — Nada mais havendo que tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 20 minutos.)

ATA DA 78ª SESSÃO CONJUNTA, EM 16 DE MAIO DE 1979

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NILO COELHO

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Jorge Kalume — José Guimard — Evandro Carreira — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Arnor de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Hugo Ramos — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Tancredo Neves — Amaral Furlan — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Lázaro Barboza — Benedito Canelas — Gastão Müller — Vicente Vuolo — Mendes Canale — Pedro Pedrossian — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — José Richa — Leite Chaves — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Paulo Brossard — Pedro Simon — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — MDB; Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB; Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Ubaldino Meirelles — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Antônio Amaral — ARENA; Brabo de Carvalho — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Nêlio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Edson Vidigal — ARENA; Epitácio Cafeteira — MDB; Freitas Diniz — MDB; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magnó Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antônio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA;

Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Leorne Belém — ARENA; Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Lustosa — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; José Mendonça Bezerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marcus Cunha — MDB; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB; Sérgio Murilo — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antônio Ferreira — ARENA; Divaldo Saruagy — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Adroaldo Campos — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Henrique Brito — ARENA; Hilderico Oliveira — MDB; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; José Amorim — ARENA; José Penedo — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Max Mauro — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amâncio de Azevedo — MDB; Benjamim Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Délio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Felipe Penna — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydekkel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Cury — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Modesto da Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Paulo Torres — ARENA; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Pericles Gonçalves — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Antônio Dias — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Castejon Branco — ARENA; Christóvam Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Edgard Amorim — MDB; Edilson Lamartine — ARENA; Fued Dib — MDB; Genival Tourinho — MDB; Hélio Garcia — ARENA; Homero Santos — ARENA; Hugo Cunha — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Carlos Fagundes — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Moacir Lopes — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Ronan Tito — MDB; Rosemburgo Romano — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA; Vicente Guabiroba — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Adhemar de Barros Filho — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Athiê Coury — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Caio Pompeu — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Erasmo Dias — ARENA; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Glória Júnior — ARENA; Henrique Turner — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José de Castro Coimbra — MDB; Maluly Netto — ARENA; Mário Hato — MDB; Natal Gale — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo —

MDB; Ruy Silva — ARENA; Salvador Julianelli — ARENA; Samir Achoa — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Iram Saraiva — MDB; Iturival Nascimento — MDB; Jamel Cecílio — ARENA; José de Assis — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Bento Lobo — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Cristino Cortes — ARENA; Gilson de Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA; Louremberg Nunes Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos de Oliveira — MDB; Leite Schmidt — ARENA; Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Amadeu Geara — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Mazurek — ARENA; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Euclides Scalco — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hélio Duque — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Lúcio Cioni — ARENA; Mário Stamm — ARENA; Maurício Fruet — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Norton Macedo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Macedo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Pedro Sampaio — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Vilela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Arnaldo Schmitt — ARENA; Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; João Linhares — ARENA; Juárez Furtado — MDB; Luís Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Collin — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA; Walmor de Luca — MDB.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Chiarelli — ARENA; Carlos Santos — MDB; Cid Furtado — ARENA; Darcy Pozza — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emídio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Rosa Flores — MDB; Telmo Kirst — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Antônio Pontes — MDB; Paulo Guerra — ARENA.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA; Júlio Martins — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 64 Srs. Senadores e 415 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Modesto da Silveira. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Coelho. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Athiê Coury. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Menezes.

O SR. JOÃO MENEZES (MDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desde 8 de setembro de 1978, empreguei todos os meus esforços, no sentido de trazer aqui o Sr. Ministro das Relações Exteriores, para fazer uma exposição sobre o Pacto Amazônico.

Infelizmente, nada consegui, apesar dos atritos, das reclamações e de toda a luta que fiz no plenário da Câmara dos Deputados, em relação à Mesa de então. E, agora, neste ano, no contato que mantive com o Ministro Guerreiro e graças à inteligência e à perspicácia do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Deputado Joaquim Coutinho, conseguimos que viesse a esta Casa, pelo Ministério das Relações Exteriores, uma explicação em torno do chamado Pacto Amazônico, que todo mundo fala, os jornais falam, mas ninguém sabe o que é.

O representante do Ministério, Sr. Ministro Rubens Ricúpero, veio à Comissão e fez uma exposição em torno do Pacto Amazônico, exposição esta que depois foi publicada em quase todos os jornais do País, com a cobertura necessária do Governo. Já os debates que se deram na Comissão, destes ninguém teve notícia, porque, por circunstâncias independentes da nossa vontade, nem gravados foram.

Não queremos deixar passar em brancas nuvens tal fato, porque o Pacto Amazônico envolve o Brasil, a Bolívia, o Peru, o Equador, a Venezuela, a Colômbia, a Guiana e o Suriname. O texto foi de origem brasileira, nasceu no Itamarati e passou pelo Conselho de Segurança Nacional.

Nós, na Amazônia, tínhamos uma grande preocupação em torno desse texto, e quero chamar a atenção dos Srs. Congressistas para um fato que é da maior importância e relevância.

Mais uma vez, nós, da Amazônia, estamos sendo espoliados em assuntos que dizem respeito à nossa região. Assim que o Pacto Amazônico tem como objetivo manter os mesmos princípios daqueles que nortearam a instalação da Hidrelétrica de Itaipu, isto é, o fato de que os rios maiores têm a predominância sobre os rios menores.

E, diante dessa teoria defendida pelo Itamarati, para manter o seu posicionamento em Itaipu, foi a mesma transferida para a Amazônia. Mas o que acontece na Amazônia? Lá, os rios que passam de curso de um país para outro, em relação ao Brasil, são rios menores, são rios inferiores.

Assim é que o Caiamim e o Maamon são maiores do que a Amazônia, com referência ao Peru; na Colômbia, o Caquetá, o Japurá e o Potomaio são maiores do que o Inca, na Amazônia; na Bolívia, o Vênia e o Mamoio são maiores do que o Inca, na Amazônia; na Venezuela, o Guaiania é maior do que o Negro, na Amazônia.

Nestas condições, nós, da Amazônia, ficaremos em condições inferiores. Então, o que vai acontecer? Sendo a Amazônia, no Brasil, ribeirinho inferior, não poderemos reclamar contra as obras que os outros países, de rio maior, forem efetuar naquela região. E, repetimos: o que vai acontecer? Se, por acaso, se fizer o aproveitamento hi-

drelétrico, na região, nós, da Amazônia, não poderemos reclamar, porque a distribuição, a orientação e a capitalização cabem àqueles países onde o rio for maior.

O assunto parece, assim, não despertar maior interesse na atualidade, mas, na realidade, estamos criando um precedente tremendo, para o futuro, e a nossa Região está sendo, mais uma vez, prejudicada e espoliada. E esse fato é tão importante que, na discussão do assunto do Pacto Amazônico, o hoje Senador Luiz Viana, então Chefe do Gabinete da Presidência da República, e o General Moraes Rego fizeram advertências sobre as possíveis restrições de liberdade que o Pacto viesse a criar.

Como se vê, mesmo na área oficial, houve essa preocupação. E nós perguntamos: como vai ficar o Pacto da Amazônia, em relação ao capital estrangeiro? Qual a proteção que vamos ter em relação ao capital estrangeiro, quando ele for empregado em função do Pacto Amazônico?

É verdade que a Decisão nº 24, do Pacto Andino, estabelece já as remessas de lucros gerados pelo capital externo. Mas, em relação à Amazônia, o que existe?

É por esse motivo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que estamos tirando um pouco a tranqüilidade desta sessão. Mas queremos deixar registrado aqui, nos Anais do Congresso Nacional, o nosso protesto contra mais esse descaso à nossa região.

Os jornais estão todos os dias anunciando vantagens, recursos, projetos, normas para melhoria da Amazônia, entretanto, quando chegamos a um fato de fundo como esse, nada se diz. E vai continuar se caminhando. Nós continuaremos, na Amazônia, a ser apenas o produtor de matéria-prima, o escravo do capital não só dos homens do Sul do País, mas também do capital estrangeiro.

Sr. Presidente, pedindo desculpas a V. Exª e à Casa por tirar um pouco o seu sossego, queremos deixar aqui consignado o nosso protesto, a nossa palavra de alerta contra mais esse ato de desprezo, de descaso, por aquela vasta região que também pertence ao Brasil.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Audálio Dantas. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral. (Pausa.)

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Cunha.

O SR. JOÃO CUNHA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Entra hoje à consideração do Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1978, com o seu Substitutivo, de autoria dos nobres Deputado Ulysses Guimarães, Freitas Nobre — nosso Líder, e outros.

A anistia, para nós, deve ser vista, particularmente por aqueles que correram ao longo destes 15 anos, por aqueles que percorreram as trilhas do arbítrio e do autoritarismo impostos à Nação Brasileira pelos que, se pretendendo detentores do direito de ditar quais os destinos que deveriam ser percorridos pela Nação brasileira, violentaram-na, e nós todos assistimos, e deles fomos vítimas, aos atos praticados por aqueles que detiveram e detem o poder ainda neste País.

O momento sugerido por esta reunião deve servir para que o Partido oficial e para que nós da Oposição tenhamos um tempo de reflexão.

Tenho a impressão, de que, Sr. Presidente, o esquecimento que se pressupõe na anistia deva servir como dado legal.

Ao trazermos para o Congresso Nacional, ao propormos, como propomos, através do Substitutivo a anistia, penso que ela deva ser-

vir para um momento de meditação da Nação brasileira, através de seus representantes no Congresso.

Efetivamente há de se pensar sobre o que foi feito nesta Nação ao longo destes anos. Creio que deva ser o momento de se indagar as causas que determinaram o encaminhamento da Nação brasileira por onde andou, creio que deva ser o momento em que se há que examinar o porquê da violência, há que se ir em busca, nas raízes profundas, do que foi o Movimento de 1964, para sabermos até onde andou solta a bestialidade humana, para sabermos até onde cada um daqueles que exerceram a direção da ditadura institucionalizada participaram, pela omissão ou por atos diretos de mando, nos atos de tortura, nos atos de morte, nos atos de amedrontamento, no mandato de terror a que foi submetida a Nação brasileira.

O medo realmente não propicia, como não propiciou, à Nação brasileira uma possibilidade de raciocínio fora dos campos da emoção. Vivemos nossas vidas, nestes quinze anos, como uma vida de cão, encostados contra os muros.

Hoje, quando o último dos cidadãos que fez a troca da guarda, no dia 15 de março, propõe uma mão estendida à Nação, propõe um gesto fraterno a cada um de nós, penso que a melhor resposta que teria o Governo agora seria, justamente, no momento em que anuncia a extinção de Partidos, prorrogação de convenções em todos os níveis, seria, efetivamente, atender à propositura aqui feita pelo Movimento Democrático Brasileiro.

Certamente, Sr. Presidente, não temos a veleidade de acreditar que as mãos dos ditadores cedam as prerrogativas, tampouco, permitam que todos os injustiçados possam voltar ao exercício pleno e digno da cidadania.

Vejo, no parecer do nobre Relator da Comissão, a única palavra que ofende a consciência nacional, hoje, quando, terminando o seu parecer, não encontrando rebarbas de ordem jurídica constitucional ou de técnica legislativa, traz a palavra que mais temos ouvido ao longo dos anos de nossa vida, a palavra que ofende a consciência nacional — repito: “a matéria em causa é inoportuna”.

É inoportuna. Qual é a oportunidade? Certamente, mais uma vez se repete, é aquela que a ditadura entenderá melhor para si, quando para o povo brasileiro a oportunidade já deveria ter sido há 15 anos, a oportunidade era a de não termos iniciado a loucura de 1964, em que esta Nação se iniciou pelas mãos daqueles que, aliados ao capital internacional, aliados à plutocracia e a oligarquias com privilégios odiosos no plano interno, impuseram à Nação brasileira a sua fase mais negra, mais dura e mais indigna de toda a sua História.

Penso nisto hoje, reflexão que faço para me indagar da inoportunidade. Talvez a oportunidade venha quando todos os Fleury's da vida tenham sido mortos; talvez a oportunidade venha quando a Nação esteja apodrecida; talvez a oportunidade chegue quando os ditadores atinjam a idade dos 230 anos.

A inoportunidade do Sr. Relator não é a oportunidade que a Nação exige, a inoportunidade do Sr. Relator é a oportunidade dos oportunistas que pretendem a perenidade do sistema, do regime que tem tirado do povo brasileiro a sua condição de dignidade de existência.

Vejo ainda, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o Relator diz:

“Está em causa a inoportunidade da medida, proposta em termos inadequados, inaceitáveis pela maioria e injustos em relação ao Presidente da República.”

A justiça não está em relação ao Presidente da República. Ele, nesse momento, é a última figura para o povo brasileiro, ele, neste momento, é aquele que usurpou o direito de cada um escolher programas e nomes para a direção do seu próprio destino, ele representa a transformação de 110 milhões de brasileiros em gado, levado pelos currais dos acontecimentos, sem vontade e sem lei, transformando-nos em objetos da História, impedindo-nos que sejamos sujeitos da nossa História.

O Senhor Presidente tem muito pouco a ver com a anistia que o povo brasileiro exige para a reparação de injustiças feitas contra os seus filhos, irmãos, milhares de brasileiros, postos à margem de todas as margens.

Se vivemos marginalizados, exilados dentro da própria Pátria, sem direito a protestar, de reivindicar, de participar e de conduzir o destino da Nação, outros brasileiros foram marginalizados além das margens em que nos colocaram. E muitos deles situados, os seus limites, no campo da própria morte, como aconteceu com figuras como Vladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e tantas outras vítimas da brutalidade do homem, solta contra o próprio homem, marcando o desfiguramento da Nação brasileira no que ela tinha e tem de mais caro, que é a sua imagem cristã, rediviva, na mensagem do Cristo, na pessoa de cada cidadão que aqui vive.

Sr. Presidente, encerrando, e me penitenciando do abuso do tempo, digo mais: o Parecer do Sr. Relator diz que o Congresso e o Presidente deverão elaborar, uníssonos, a anistia reclamada pelos sentimentos de paz e de concórdia do povo brasileiro.

Não penso que o Senhor Presidente tenha alguma coisa a ver com anistia nesta Nação. Ele pode ser sustentado na razão das baionetas, mas não se tem sustentado no consenso do povo brasileiro. Se a força é a base de sustentação e se a baioneta é que dá a razão e sustenta os motivos da ditadura, certamente não temos nada que conversar com ela. Mas, se ela procura espaço para se redimir, para fazer um *confiteor* nacional, para se reencontrar com a Nação, ela tem que se reencontrar através do voto, hoje, aprovativo dessa proposta de emenda constitucional e do seu substitutivo, principalmente pela maioria governamental, que tem responsabilidade histórica. A ARENA, já em muito, se atolou nos compromissos com a ditadura, e chega hoje — encerrando a minha palavra, Sr. Presidente — a sua grande oportunidade, oportunidade única, oportunidade talvez derradeira, definitiva, diante da Nação, que já disse o basta, o chega, àqueles tem têm conspurcado a sua dignidade, a sua honra, transformando a Nação num grande quartel, num grande pátio, onde a loucura e o atrevimento desrespeitaram fundamentalmente a criatura humana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Cardoso Alves.

O SR. CARDOSO ALVES (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O meu pronunciamento nada tem a ver com os fatos presentes e nem tampouco com quaisquer declarações que possam traduzir posições políticas do Sr. Jânio Quadros ultimamente proferidas. Feitas essas considerações preliminares, quero fazer, portanto, o meu pronunciamento.

Existe em Minas Gerais, em Congonhas do Campo, um escultor hoje octagenário. Nos idos de 1968, esse escultor presenteou o então ex-Presidente Jânio Quadros, o último dos presidentes eleitos diretamente pelo povo, com uma estátua do Profeta Daniel, em pedra-sabão. Recebeu-a o Presidente Jânio Quadros, e através do cassado ex-Deputado Líder do MDB, na Câmara de Minas Gerais, Raul Belém, remeteu S. Ex^a ao escultor uma carta de agradecimento.

Ontem, o igualmente cassado ex-Deputado e brilhante jornalista José Aparecido de Oliveira ofereceu-me o autógrafo da carta dirigida por Jânio Quadros ao escultor Raul Riberti. Vou lê-la, Sr. Presidente, para que possa informar à História, servir de lembrança, um dia, para os pósteros, para que fique constando nos Anais desta Casa:

“Meu nobre e generoso amigo Raul Riberti.

Recebi, em Corumbá, a estátua de profeta Daniel. Contemplei-a com assombro. O trabalho de arte recolocou-me à frente do Aleijadinho como se, recuado nos tempos, eu tivesse o privilégio de ser contemporâneo de seu gênio. Nem mesmo, na perfeição das formas, na delicadeza dos

traços, na finura dos detalhes, precisava desafiá-lo a falar, irado, frustrado com a mudez impossível.

O profeta falava:

“Todos os presidentes do reino, os prefeitos e sátrapas, conselheiros e governadores, concordaram em que o rei estabeleça um decreto e faça firme o interdito que todo o homem que, por espaço de trinta dias, fizer petição a qualquer deus ou qualquer homem, e não a ti, ó rei, seja lançado na cova dos leões.” Daniel 6-7. Aí está, Raul Riberti. Todos, realmente, pediram o decreto, e o interdito existe, por dez anos. Pobres dos que fizeram petição a qualquer deus: o Direito, a Democracia, o Povo, o Interesse Nacional, a Verdade!

Prontamente, lancem-no em Fernando de Noronha ou Corumbá. Presidentes, prefeitos, sátrapas, conselheiros e governadores, envolveram o rei, e fácil foi ao festejado despota lavar o interdito, que atendia conveniências miseráveis, pessoais, grupais, internas e externas, sem embargo da estupefação do povo, da revolta do povo, do sofrimento do povo, cassado, até, no recurso à petição.

O que poucos sabem, ou lembram, é que o profeta exposto aos leões foi salvo por Deus, que nele achou “inocência” enquanto os que o acusavam, — punidos por sua vez, e “seus filhos e suas mulheres” ainda “não tinham chegado ao fundo da cova e os leões se apoderaram deles, e lhes esmigalharam todos os ossos”. Daniel, 6-22,24.

A visão é terrível e rezo para que a última parte não se realize. Confio em que, libertados os inocentes, não haja mais, para brasileiro algum, uma “cova de leões”. Entrementes, a figura altiva e visionária que saiu de suas mãos abençoadas, de supremo artista e mestre da pedra-sabão, ficará em minha casa, sobre um pedestal, no pórtico, como guarda e advertência aos que ousam invadir lares-sátrapas, governadores, conselheiros, prefeitos, presidentes, para baixar interditos e arrastar suas vítimas ao covil do cárcere. Daniel lhes dirá que a coroa de leões que existe é para os que mentem, furtam, violentam e negam a Democracia e a Justiça.

Com os profundos agradecimentos meus e de Eloá, confiantes na honra de visitá-lo na imortal Congonhas, o Jânio Quadros.”

Essa carta, Sr. Presidente, foi subscrita em Corumbá, aos 28 de setembro de 1968, pelo cassado, confinado, ex-Presidente, o último dos eleitos pelo voto direto do povo. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 10 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1978, que altera a redação do § 2º do artigo 13 e o artigo 41 da Constituição Federal, e inclui o artigo 211 e seus parágrafos no ato das disposições gerais e transitórias.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

OFÍCIO Nº 120/79

Brasília, 16 de maio de 1979.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os nomes dos Senhores Deputados Darcílio Ayres e Simão Sessim para integrarem, em substituição aos Senhores Deputados Paulo Studart e Joel Ribeiro, a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 1979.

Aproveito para renovar os protestos de estima e elevado apreço.
— Deputado Nelson Marchezan, Líder da ARENA.

Brasília, em 16 de maio de 1979.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de indicar a V. Ex^a os nomes dos Srs. Senadores Roberto Saturnino e Pedro Simon para integrarem, em substituição aos Srs. Senadores Itamar Franco e Henrique Santillo, a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 2 e 18, de 1979.

Renovo a V. Ex^a protestos de estima e elevado apreço. — Mauro Benevides, Vice-Líder, em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 25, de 1978, que cancela dispositivos e acrescenta expressão aos arts. 43, 57 e 44, respectivamente, da Constituição Federal, tendo

PARECER sob nº 22, de 1979-CN, da Comissão Mista, contrário à Proposta e pela prejudicialidade da Emenda Substitutiva a ela apresentada, com voto em separado dos Senhores Senadores Orestes Quêrcia, Jaison Barreto e Adalberto Sena, e dos Senhores Deputados João Gilberto, Rosa Flores e Edgard Amorim.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 10 do corrente, às 19 horas, ficando a votação adiada por falta de *quorum*.

Em votação a proposta.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Líder do MDB, na Câmara dos Deputados, Deputado Freitas Nobre

O SR. FREITAS NOBRE (MDB — SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Aí está a emenda do MDB para a anistia, para restabelecer, em primeiro lugar, a faculdade do Congresso — faculdade clássica, historicamente atribuída ao Congresso — que lhe foi usurpada, e para assegurar a posição do partido pela deliberação, em convenção nacional, pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Vale lembrar, neste encaminhamento de votação, vale recordar, em primeiro lugar, a posição do Patrono do Exército Caxias. Caxias, quando aceitava as atribuições militares, não admitia partir para estas atribuições militares, para debelar as revoluções da época, sem que levasse consigo a faculdade de anistiar. Passados tantos anos da época convulsionada de Caxias, estamos ainda hoje preocupados em readquirir aquela condição que, historicamente, é normal em épocas que se sucedem a essas inquietações, a esses movimentos e a revoluções, a anistia.

Lembraria a Revolução de 1817, com cem mortos, cento e cinquenta feridos, oitocentos degredados no exterior e quatrocentos e três proscritos. No entanto, no ano seguinte, em 1818, a Coroa Portuguesa concedia a anistia. Dois anos depois, a anistia, que, em 1818, para a Revolução de 1817, fora restrita, veio ampla, total e absoluta.

A Revolução Constitucionalista de 1932, durante a qual o General Euclides de Figueiredo, pai do General Figueiredo, pegou em armas — quantos mortos, de lado a lado, na Revolução Constitucionalista de 1932 —, no entanto, em 1934, a anistia veio, inclusive para aqueles que pegaram em armas — especialmente para aqueles que pegaram em armas.

Ora, essa anistia não pode ser uma anistia que chegue depois de décadas, a anistia da morte, a anistia que não alcançou Juscelino, que não alcançou Lacerda, que não alcançou João Goulart. A anistia tem que vir para a vida e não para a morte. (Palmas.)

E essa demora, o retardamento injusto, a falta de cumprimento — da promessa do Governo que, mês a mês, adia a proposta de anistia, ora sob um pretexto, ora sob outro. Se reclamamos a anistia ampla, geral, irrestrita é porque sabemos, inclusive, que muitos daqueles, reveses, sem direito de defesa, sem arrolar testemunhas, num período de arbítrio, não tiveram legitimamente o direito de defender-se. E quantas sentenças injustas, quantas sentenças absurdas, condenatórias vêm sendo reformadas pelos tribunais militares deste País, demonstrando que o arbítrio impediu, inclusive, a apuração da verdade. Como, agora, procurarmos lançar sobre aqueles distantes da Pátria, reveses, sem direito de defesa, sob uma reação autoritária que lhes impediu de arrolar testemunha, de estar presentes, de ter advogados escolhidos, como, agora, afirmar que eles estarão excluídos dessa anistia? Ou ela é ampla, geral ou irrestrita ou não pode haver a conciliação real da família brasileira.

A História demonstra, em todas esses processos de anistia, que elas foram sempre, ou na sua quase totalidade, gerais, amplas e irrestritas.

Assim, a de 1930, com Getúlio Vargas, no Decreto-lei nº 19.395, foi ampla, geral e irrestrita, pois incluiu todos os crimes políticos e militares, inclusive, os crimes conexos com esses. Assim foi a de 34, assim foi a de 45, ainda de Getúlio Vargas, assim foi a anistia de 1961. Vale à pena lembrar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o Decreto-lei de anistia de 1961 acabou sendo retardado pela Junta Militar de 1969, porque esse decreto de 1961 havia assegurado uma anistia ampla, que foi depois levada à restrição por um ato da Junta Militar. Lembro-me bem de que, quando em 12 de setembro de 1969, a Junta Militar baixou decreto-lei dando nova redação ao art. do Decreto Legislativo de 61, esse decreto-lei da Junta aumentou as dificuldades aos militares que haviam sido beneficiados oito anos antes. Determinara o Decreto-lei de 1969, ao contrário do que ali ficara fixado, em 1961, que a anistia concedida naquela data, em 1961, não dava direito a vencimentos, proventos, salários atrasados dos que haviam sido demitidos, excluídos ou condenados à perda de postos e patentes. Foi mais longe o ato da Junta em 69: impediu a reversão ao serviço, a aposentadoria e a passagem para a inatividade que estavam asseguradas no decreto de 61. Foi uma espécie de anistia às avessas, foi um retrocesso na anistia concedida em 61. O risco que temos é de que o Governo, nas promessas constantes e adiadas da anistia, possa retardar um direito que a Nação reclama para os seus filhos, de recebê-los de volta à Pátria, com o coração aberto, para que a conciliação se faça no total e não em parte.

Mais ainda, quando em 1934 a anistia abrangeu os crimes de sangue que foram cometidos, muitos deles inclusive por militares contra companheiros de farda, não o fez para agravar divergências, mas para assegurar a conciliação indispensável à família brasileira, numa anistia que seja capaz de unir e não de dividir. Ainda anistia, Srs. Congressistas, antes que os banidos, os exilados, os cassados morram, como está acontecendo, para que cheguem vivos à Pátria dos seus sonhos e possam ainda partilhar da sua reconstrução democrática.

Anistia não é a anistia do tumulto, mas da vida. Anistia é a história da reconciliação que a Oposição brasileira coloca ao exame desta Casa, se o Governo não quer antecipar-se, assegurando a participação de todos na reconstrução democrática do País.

Demos o primeiro passo, o passo para a reconciliação. Mas a verdadeira reconciliação, que não distingue entre brasileiros desta ou daquela categoria, mas que une a todos na esperança de que as bênçãos da história possam cobrir as esperanças da nossa mocidade e assegurar à Pátria, na presença dos exilados, dos banidos e dos cassados, a contribuição patriótica para o seu futuro. (Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Na forma do art. 49 do Regimento Comum, concedo a palavra ao nobre Deputado Ernani Satyro.

O SR. ERNANI SATYRO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a que me esclarecesse se a votação da emenda e da emenda substitutiva terá o curso que vou sugerir; eu acredito que primeiro será votada a emenda constitucional de minha autoria. Se esta proposta for aprovada, estará encerrado o debate. E se não for?

De modo que eu gostaria que V. Ex^a, me esclarecendo, esclarecesse o Plenário, antes que eu comesse a minha oração.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Presidência informa que a proposta tem preferência regimental para votação.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ) — Sr. Presidente, deixou esta Tribuna, ardoroso como sempre, o nobre Deputado Ernani Satyro, que aqui sustentou que não é tradição brasileira o outorgar-se ao Poder Legislativo a iniciativa de leis de anistia.

Esqueceu-se S. Ex^a que, depois dos dias de 1930 e da Revolução de 1932, a Constituição de 1934 incluiu como iniciativa exclusiva do Congresso a concessão de anistia. Mais ainda: depois do período discricionário que se encerrou em 1945, o Congresso Nacional, com a presença e o voto do nobre Senador Ernani Satyro, afirmou essa tese (Palmas.) e assegurou, somente ao Poder Legislativo a iniciativa de leis dessa natureza.

A minha proposta, pois, restaura uma tradição que se firmara desde 1934, quando o Congresso sentiu a necessidade de ser realmente o pulmão da alma nacional.

Quero esclarecer — e já o disse de outra vez — que nem o Presidente Castello Branco pretendeu incluir no texto da Constituição o que nela vigora atualmente.

Aqui está o projeto de Constituição enviado pelo Presidente Castello Branco, no ano de 1967; nesse projeto de Constituição, era a iniciativa concorrente, tanto podia ser do Presidente da República como do Congresso. Apresentei, naquele tempo, a Emenda nº 131/69, em que sustentava, exatamente, a proposta ora submetida ao exame do Congresso Nacional. Estou, assim, a cavalheiro para responder ao nobre Deputado Ernani Satyro que, ao apresentar a minha emenda, não punha em dúvida que o Governo algum dia pudesse enviar uma proposta de anistia a esta Casa. E não punha em dúvida porque é a Nação que reclama e o Governo não poderia se opor a esse anseio nacional que se espalha por todo o Território Pátrio. (Palmas.) Por mais insensível que fosse, o Governo teria que ceder a esse clamor que nasce das masmorras, que nasce do exílio, que nasce das torturas, que nasce do sofrimento, que nasce das mortes. (Palmas.)

Mas, Sr. Presidente, quero reafirmar que a minha emenda apenas devolve ao Poder Legislativo, numa hora em que o Legislativo precisa se afirmar, em que o Legislativo precisa recuperar as suas prerrogativas, em que o Legislativo não pode ser tanguado pelo Poder Executivo em todos os seus movimentos, queria, neste instante, dar ao Poder Legislativo, não só aos homens do Movimento Democrático Brasileiro, mas especialmente aos homens da Aliança Renovadora Nacional, a possibilidade de se afirmar como um Poder legítimo, retomando uma prerrogativa que era sua e que foi abruptamente retirada pela Constituição de 1967, reproduzida na Emenda de 1969.

Ao concluir, Sr. Presidente, quero dizer que o Movimento Democrático Brasileiro, ao pleitear que a anistia seja ampla, irrestrita, não tem dúvida de que ela pode ser limitada. O que o Movimento Democrático Brasileiro, depois desses longos anos de sofrimento, acredita é que ela não deve ser limitada. E é por isso que o Movimento Democrático Brasileiro apresentou uma emenda ampla, para

atender a todas essas angústias, a todos esses apelos, a todas essas dores, a todos esses sacrifícios.

Foi isso, nobre Deputado Ernani Satyro, que levou o Movimento Democrático Brasileiro a desfaldar a campanha, que se espalhou e contagiou a alma nacional, pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Sr. Presidente, qualquer que seja, nesta oportunidade, o destino dessa emenda, estou certo de que em breve o Governo terá que destampar os ouvidos, tirar o algodão neles plantado há 15 anos e ouvir o grito de dor, de desespero de tantos que hoje lutam pelo restabelecimento do direito de viver na sua própria terra, de participar da vida em todos os seus setores, e não sofrer as restrições que hoje caracterizam o nosso sistema.

Esta emenda é um protesto da alma cívica do Brasil contra a violência imposta ao Poder Legislativo pelos legisladores de 1967 e pela junta militar de 1969.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (MDB — SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O ex-Deputado Antônio Feliciano, meu professor de Direito Penal, em 1962, costumava dizer que existem juristas ou até jurisconsultos capazes dos chamados votos a favor e ao contrário ao mesmo tempo.

Hoje, lembrei-me dos ensinamentos de Antônio Feliciano, e o nome de Ernani Satyro não me era desconhecido. Eu tive uma surpresa pouco grata de encontrar em um voto tantas heresias e contradições e até, permita-me S. Ex^a, uma certa violência de deduturismo dentro da sua manifestação, quando diz que aqui é a Oposição que quer se fortalecer com a volta dos criminosos.

Diz em outras palavras, às folhas 5 de sua manifestação, quando comenta a justificação das emendas:

“Há muitos que falam em pacificação, mas não estão empenhados nela; querem pacificar apenas a Oposição. Os adversários do Governo querem o manto da paz para prosseguirem na guerra.”

S. Ex^a diz claramente que o que houve de mais violento, o que houve de mais agressivo, que foi a Junta Militar em 1969, é o pai ou a mãe, ou o pai e a mãe justamente desta prerrogativa imoral que retirou do Congresso Nacional a oportunidade de conceder a anistia ampla, geral e irrestrita. Precisou S. Ex^a, realmente, de 20 laudas, de 20 páginas, porque é muito duro, possivelmente, para um homem acostumado no trato das coisas da justiça, encontrar razões para negar à Casa que quer abrihantar com a sua presença, negar a esta Casa o direito de, acima dos ditadores transitórios, poder anistiar os vitimados pela Revolução, os vitimados pela opressão reinante no País.

Justamente às folhas 20, diz que:

É sabido que toda lei de anistia tem reflexos nas leis substantivas e adjetivas do País, especialmente no Código Penal, no Código Penal Militar e nos respectivos Códigos de Processo, por isso mesmo que, extinguindo a punibilidade, exigem da Justiça determinadas providências. Mais uma razão para que se estude, cuidadosamente, um projeto normal, para se fazer uma lei enxuta, sem dar margem a dúvidas e contestações.

Que heresia, Srs. Congressistas! S. Ex^a, o Relator, está preocupado que a manifestação maior do País, que é a manifestação do Congresso Nacional, esbarre nos meandros acessórios da Justiça Militar e da Justiça Civil.

Muito duro deve ter sido para V. Ex^a, Deputado Ernani Satyro, talvez violentar a própria consciência jurídica para trazer um parecer dessa lavra. (Não apoiado!) A grande verdade é que V. Ex^a, no fun-

do, se consultar aquilo que se chama consciência do homem Ernani Satyro, sabe que foi um político a serviço do sistema...

O Sr. Ernani Satyro (ARENA — PB) — Não apoiado!

O SR. DEL BOSCO AMARAL (MDB — SP) ... o político que parou de pensar, a serviço do sistema,...

O Sr. Ernani Satyro (ARENA — PB) — Não apoiado! Não é verdade!

O SR. DEL BOSCO AMARAL (MDB — SP) — ... que gerou essa monstruosidade de parecer. Eu não tento agredir V. Ex^a, nobre Deputado.

O Sr. Ernani Satyro (ARENA — PB) — Eu quero argumentos.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (MDB — SP) — Nobre Deputado, parece que lhe foge a calma, parece que V. Ex^a nesse momento se reencontra.

O que eu quero dizer é que o talento de V. Ex^a não poderia ter sido colocado tão servilmente a serviço do Governo, porque o parecer de V. Ex^a é, em certos aspectos, jurídicos e políticos, uma desmoralização para o Congresso Nacional. E V. Ex^a diz aqui que nós queremos nos aproveitar de alguns divergentes da ARENA, que o Líder de V. Ex^a, que está aí, libere alguns dos seus liderados, que abra questão neste episódio para ver se consciências jurídicas, consciências cívicas da ARENA não engrossarão a Oposição que quer que esta Casa passe outra vez a decidir sobre a anistia ampla, geral e irrestrita.

Parabéns, Senador Nelson Carneiro, parabéns Presidente Ulysses Guimarães, parabéns meu Líder Freitas Nobre, isto fica gravado na História.

Eu não pensei, que ouvindo as palavras de Antônio Feliciano, há tantos anos, eu fosse encontrar, tão melancólico, um parecer tão pouco à altura de um Ernani Satyro e, principalmente, eu fosse encontrar um Partido que esvazia a sua grande maioria, porque já recebeu, por certo, a ordem do Líder sequer para comparecer, porque sabe que, se arenistas comparecerem a este Plenário, no número necessário, eles acabarão sucumbindo aos argumentos da Oposição e devolverão a esta Casa o direito de anistiar.

Não tenha dúvida de que este gesto de V. Ex^a, tão pouco parlamentar, de levantar as mãos, é o símbolo romano, porque V. Ex^as vêm fazendo na cova dos leões assim, ou assim para os cristãos que vêm massacrando.

Desta forma, se o nobre Deputado Ernani Satyro não se sentia intimidado na tribuna, me sinto glorificado para saber que V. Ex^a, além de Líder, é um grande lutador de boxe. Desta forma, V. Ex^a faz um gesto característico daqueles que servem aos regimes autoritários.

Lamento, jurídica e politicamente, o parecer de V. Ex^a e pediria que V. Ex^a, nobre Líder da ARENA, tivesse a coragem de convocar, fazendo como faz, quando interessa ao Governo, os liderados para que eles conseguissem vislumbrar o que há de imoral e trágico contra o Parlamento e contra o Congresso Nacional, a votação favorável a este parecer do Deputado Ernani Satyro.

Parabéns, mais uma vez, àqueles do MDB, e até àqueles da ARENA, que querem um Parlamento forte e não um Parlamento servil. (Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Edison Khair.

O SR. EDISON KHAIR (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Na realidade, as iniciativas do Senador Nelson Carneiro e do Presidente do MDB, ambas, representam uma tentativa de retomada do Poder Legislativo desse País, que, há 15 anos, Sr. Presidente e

Srs. Congressistas, vem sendo emasculado de uma forma progressiva.

As razões jurídicas do relator Ernani Satyro, quando vai buscá-las nos exemplos mais pessimistas, naqueles exemplos que deveríamos esquecer em nossa História e não buscar naqueles exemplos mais dignificantes que foram exatamente as Cartas de 1934 e 1945, que restabeleceram a competência do Poder Legislativo para anistiar. E se assim ocorreu, na realidade, foi porque ocorreu uma correlação de forças, tanto em 1934 como em 1945, propiciavam que o Poder Legislativo tivesse, consigo próprio, uma de suas características fundamentais, em qualquer país democrático do mundo que é, exatamente, o poder de anistiar.

Em 1934, toda a Nação achava-se como que preparada para enfrentar e, infelizmente, não foi possível derrotar a onda nazi-fascista que, finalmente, implantou-se no País em 1937.

Em 1945, enquanto o Poder Legislativo, recuperava a nossa competência, ela ocorreu, exatamente, Sr. Presidente, com a queda do nazi-fascismo.

Portanto, esses dois exemplos mostram que todas as vezes que as forças democráticas se encontravam mobilizadas, mesmo que não fosse para vencer (ora para vencer, ora para perder), enquanto se encontravam mobilizadas, o Poder Legislativo teve devolvida a sua competência de anistiar. E é isso que o Deputado Ernani Satyro parece ter esquecido. Ele deveria ter se louvado muito mais na anistia de 1945, que Getúlio Vargas não deu porque quis, mas deu porque toda uma correlação de força que tentava castrar o Poder Legislativo, em todo o mundo, tinha caído, estava derrotada, porque o nazi-fascismo acabava de ser liquidado pelas forças aliadas com o concurso de todos aqueles países democráticos do mundo. E nós, hoje, indagamos: no Brasil, nós, Congressistas, já podemos representar a maioria do povo brasileiro que quer o final da liquidação desse neo-fascismo implantado no Brasil há quinze anos?

Hoje, o que nós decidirmos aqui, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é muito mais do que uma simples discussão em torno de preliminares da competência ou não desse poder. Discutimos, sim, a afirmação e a constatação de uma correlação de forças. Nós, Congressistas, temos hoje, representamos hoje, uma efetiva correlação de forças capaz de não mais ficar esperando pela mão estendida do General Figueiredo, porque, ontem mesmo ela já se estendeu sobre a cabeça do jornalista Hélio Fernandes, através da Justiça Militar, quando aquele tribunal de exceção — porque todo tribunal de exceção é aquele que julga civis não em tempo de guerra — decidiu que é competente para processar jornalistas, como foi no caso anteriormente de jornalistas do *Pasquim*, jornalistas que condenaram torturas, que denunciaram torturas na revista *Veja*, como foi o caso de Antonio Carlos Fomm. Portanto, hoje vamos decidir a respeito da emenda da proposição do Senador Nelson Carneiro e da proposição do nosso nobre Presidente Ulysses Guimarães. E o faremos não na certeza da aprovação da mesma, mas na esperança de que este Congresso possa, na realidade, falar por todos aqueles cassados, torturados, mortos e assassinados nos cárceres da ditadura. E é por isso que a anistia tem de ser ampla, geral e irrestrita, porque para esses não haverá mais anistia ampla, geral e irrestrita. Mas deve falar também em nome daqueles que estão no exterior, banidos e exilados por atos de força.

Ainda nos chamou a atenção, na argumentação do Relator, onde ele dizia que aqueles que clamam por anistia ampla, geral e irrestrita, pedem investigações sobre torturas. Mas, Sr. Presidente, todos sabemos que a anistia há de beneficiar a todos aqueles brasileiros que, na realidade, se insurgiram contra o estado de força, se insurgiram contra a ilegalidade maior que é a usurpação do poder, cometida, exatamente em 1968, com a edição do AI-5. Eles usaram da força, sim; eles cometeram crime de sangue, sim. De fato, eles cometeram, exercendo o mais sagrado e legítimo direito da pessoa humana, isto é, o de rebelar-se contra os regimes ilegítimos, como o que ocorre atualmente, governados que estamos por regime ilegítimo. (Palmas.)

Aqueles jovens, em sua maioria de 18 a 22 anos, aprisionados lá no Rio de Janeiro, na Frei Caneca, no Recife, em Itamaracá; e em São Paulo, cometeram crimes. Mas que crimes? O crime de levantar-se contra a usurpação cometida em 1968, em nome da ordem, em nome de uma ordem que prendeu, que matou, que torturou, que alienou nossa soberania e está vendendo o País, mas não permite sequer que se fale nisso, porque no momento em que o MDB resolve constituir, ainda que tardiamente, uma CPI para apurar as violações aos direitos humanos, a Liderança da ARENA rompe o acordo, rompe a ética parlamentar e não permite sequer que falemos em torturas, e não permite sequer que venhamos apurar os crimes dessa ditadura.

O que nos oferece, em contrapartida, o sistema, Sr. Presidente? Oferece-nos delongas, oferece-nos promessas para daqui amanhã, um ano, quem sabe, talvez um dia, um projeto de um general qualquer, mais ou menos progressista, mais ou menos liberal mais ou menos relativamente democrático, nos devolver um direito que é nosso, de nossa competência, que é o de anistiar esses milhares de brasileiros que estão a clamar por liberdade.

Terminando, é mesmo um apelo a todos aqueles membros da Aliança Renovadora Nacional que, hoje mesmo, aprovaram na Comissão de Justiça um projeto de nossa autoria, liquidando com o famigerado atestado de ideologia, instituído por uma das ditaduras que o País viveu de 1937 a 1945. Para que esse Congresso possa, também, inspirado, senão hoje, um dia votar de acordo com o ditame das próprias consciências dos Congressistas que irão refletir a consciência nacional, que exige uma anistia ampla, geral e irrestrita, porque o País não pode mais viver apenas esperando, deitado eternamente em berço esplêndido, por um general melhor, capaz de anistiar a nós todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Marchezan, como Líder.

O SR. NELSON MARCHEZAN (ARENA — RS. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, discutimos, nesta noite, as emendas do nobre Senador Nelson Carneiro e do nobre Deputado Ulysses Guimarães.

Sobre o mérito jurídico desta matéria não há mais o que dizer, depois que falou o Líder Ernani Satyro. O seu amplo e irrefutado relatório, baseado na tradição brasileira, baseado na história do nosso País, está aí sem ser contraditado; está aí sem a resposta da Oposição; está aí como a verdade cristalina da tradição brasileira na matéria. S. Ex^a provou suficientemente, hoje e quarta-feira da semana passada, quando o MDB aqui não estava, que segundo a tradição brasileira, a anistia não é de exclusividade do Poder Legislativo.

Por este aspecto e por este lado, não me detenho porque, como disse, o assunto está amplamente esclarecido e inserido nos Anais desta Casa, para testemunhar a cultura, a capacidade, o trabalho e a seriedade de um Deputado que orgulha o Congresso Nacional, como é Ernani Satyro.

Mas, Sr. Presidente, há também o aspecto da realidade, há também o conhecimento das circunstâncias. Também aí, a Liderança da Oposição, o seu Presidente, e os seus Senadores foram fiéis, não foram os mais realistas, não demonstraram o melhor conhecimento. Sabem eles não é retirando do Poder Executivo e trazendo apenas para o Poder Legislativo que haveremos de progredir mais rapidamente nesta matéria que a todos interessa, que a todos emociona, que a todos convida para nos solidarizarmos.

A atitude da Oposição no projeto, retirando a iniciativa do Poder Executivo, trazendo-a exclusivamente para a Câmara dos Deputados, além de fugir à tradição, foge à realidade e se constitui num desafio à Maioria. Ou não é porventura, da tradição do Parlamento, que a Maioria tenha participação nas decisões? Mais do que isso, Sr. Presidente, sabem suficientemente a Nação brasileira e todos aqueles que conhecem nossa realidade que o primeiro fiador da anis-

tia é o Presidente da República, o primeiro interessado na anistia é o Presidente da República. E é unindo forças deste Congresso Nacional com o Executivo que haveremos de progredir com mais facilidade, com mais segurança e com mais bom senso. Aqueles que se interessam realmente por produzir anistia no Brasil sabem desses fatos, conhecem essa realidade, devem respeitar, portanto, as circunstâncias que vivemos no momento.

Sr. Presidente, a ARENA tem um compromisso com a Nação, assumido pelo seu Líder Maior e há de resgatá-lo muito mais breve do que pensa a Oposição. Há de vir, a esta Casa um projeto traduzindo os sentimentos da Nação, traduzindo os sentimentos que a Maioria representa, como as pesquisas estão a comprovar, como recentemente divulgou a revista *Veja*.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, haveremos de fazer dessa anistia mais um motivo de união da família brasileira; mais um motivo de entendimento da família brasileira; mais um motivo de concórdia do povo brasileiro; mais um motivo de avanço na caminhada da justiça, da paz e da liberdade.

Devo dizer duas palavras àqueles que aqui não estiveram na quarta-feira, para que eles entendam os arroubos de alguns Parlamentares mais preocupados em justificar-se ao seu Presidente pela sua ausência, porque aqui não compareceram. A Bancada da Oposição aqui não compareceu; aqui não esteve presente; aqui a matéria não pôde ser votada pela ausência dos companheiros, dos autores das emendas. É preciso, portanto, que nesta noite eles venham valorosos, desafiados, deseducados até, para demonstrar ao seu Presidente que não o abandonaram. É isto que os Anais têm de registrar. Na quarta-feira eles não estavam aqui e hoje querem a anistia. E na quinta-feira, Sr. Presidente, 1/3 da Oposição votava uma CPI dos direitos humanos, para revolver o passado. 1/3, ou um pouco menos, rejeitava e outro 1/3 não comparecia à reunião. Então, é de se perguntar: Que queria a Oposição, ausente quarta-feira na votação da anistia? O que queria a Oposição, na quinta-feira, querendo revolver o passado? Nós sabemos, o Congresso sabe, que é possível nos unirmos numa coisa, mas não é possível fazermos as duas coisas ao mesmo tempo.

(*Alguns parlamentares manifestam-se fora do microfone*).

Não me interessa, Sr. Presidente, o que pensam em voz alta os parlamentares da Oposição. Interessa os dados e os fatos e o comportamento; isto é que interessa ao Congresso, o comportamento contraditório da Oposição, é o comportamento contraditório de alguns de seus Parlamentares mais interessados em posar para a História do que em produzir realmente para o bem do País. (Não apoiado!) Esta é a verdade, Sr. Presidente, a verdade dos fatos aqui comprovados. Então, eu diria à Oposição, Sr. Presidente, é preciso que a Oposição destampe os ouvidos, abra os olhos e enxergue a realidade brasileira que nós estamos construindo. E se hoje a minha Bancada não está toda aqui, onde estava a Bancada da Oposição, quando derubamos o AI-5 neste plenário, quando derogamos o AI-5? Onde estava esse Partido contraditório? Nós, da ARENA, Sr. Presidente, estamos comprometidos com a liberdade deste País, e haveremos de construí-la, apesar do comportamento da Oposição. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Freitas Nobre (MDB — SP) — Peço a palavra, Sr. Presidente, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — V. Ex^a tem a palavra para comunicação de liderança.

O SR. FREITAS NOBRE (MDB — SP. Como Líder, para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As lições do Líder da ARENA não nos alcançam. Estamos conscientes da responsabilidade que temos. O expediente utilizado é apenas uma justificativa para dizer porque a ARENA não vota a anistia. A anistia está sendo retardada pela ARENA, e mesmo a anistia restrita, essa meia-anistia, meia-sola da anistia. Mesmo ela, está sendo retardada pela ARENA e pelo Governo. (Muito bem! Palmas.)

Hoje, é a ocasião própria para a votação da emenda. Pois é exatamente na hora em que se deve votar, que a ARENA está ausente. Que ela se ausentasse do debate, é razoável, porque o debate não lhe é favorável. A Nação não compreende como sequer a devolução dos poderes ao Congresso, para anistiar, seja um elemento convincente para um Partido que representa o Governo.

O que ocorre é o retardamento proposital, o retardamento da ausência, a omissão, para que a Nação não receba, o quanto antes, aquilo que é dela, um direito histórico. Nunca, uma anistia, de todas as revoluções e movimentos, demorou tanto para chegar.

Expliquei, ainda há pouco, Sr. Presidente, que na Revolução de 1817, com suas centenas de mortos, quatrocentos e tantos degredados no exterior, no ano seguinte, em 1818, a Coroa Imperial devolvia aqueles brasileiros à sua terra; os degredados retornavam à sua terra.

A lição não nos serve, a lição não é para nós; lição, a História dará aos que faltaram e se omitiram. (Muito bem! Palmas prolongadas. Vários Parlamentares se manifestam foram do microfone, gritando: anistia! O Sr. Presidente aciona insistentemente a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 20 horas e 5 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 6 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Está reaberta a sessão.

A Presidência faz um apelo aos Srs. Congressistas, a fim de que cheguemos a bom termo nos nossos trabalhos, esta noite.

O Sr. Nelson Marchezan (ARENA — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Tem a palavra o nobre Deputado Nelson Marchezan, para uma comunicação de Líder.

O SR. NELSON MARCHEZAN (ARENA — RS. Para uma comunicação de Liderança. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não há nenhuma intenção da Oposição de agravar os debates, mas também não há nenhuma intenção do nosso Partido de permitir que a verdade não pare acima das nossas vontades, das nossas veleidades.

Não serão as palmas demoradas que irão mudar a verdade dos Anais, daquilo que acabei de dizer aqui, Sr. Presidente, que não foi contestado pelo Líder da Oposição. Nada trouxe S. Ex^a que con-

tasse as afirmativas que fiz, mostrando que o nosso Partido está comprometido com este projeto, com a construção da democracia, da anistia no Brasil. E mostrei, Sr. Presidente, a ausência da Oposição na quarta-feira passada; mostrei a ausência da Oposição quando se derogava, em setembro do ano passado, o AI-5, sim, um instrumento de arbítrio.

(Cruzam-se apartes fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho. Fazendo soar a campainha.) — Está com a palavra o Sr. Deputado Nelson Marchezan.

O SR. NELSON MARCHEZAN (ARENA — RS) — Sr. Presidente, veja V. Ex^a, até prefiro não comentar, mas gostaria apenas de registrar tão-somente isto: que continuo realmente me interrogando sobre o que deseja a Oposição, mas dizendo ao País que, enquanto houver um partido majoritário como o nosso, haveremos de assegurar ao Brasil a liberdade e a democracia, que a Oposição não sabe fazê-lo. (Muito bem! Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Vamos passar agora à votação da proposta.

A chamada começará pelo Senado Federal, do Sul para o Norte, votando os Líderes em primeiro lugar.

Vai-se proceder à chamada dos Srs. Senadores.

(Procede-se à chamada.)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Paulo Brossard — Mauro Benevides — Agenor Maria — Cunha Lima — Humberto Lucena — Marcos Freire — Teotônio Vilela — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Henrique Santillo — José Richa — Evelásio Vieira — Jaison Barreto — Pedro Simon.

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Moacyr Dalla — Jorge Kalume.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Votaram (SIM) 17 Srs. Senadores; Não, 2 Srs. Senadores. Não houve quorum.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 16 minutos.)

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00